

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. BACELAR)

Requer informações sobre as políticas públicas para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às políticas públicas para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos seguintes termos:

1. Qual era o valor de referência para o financiamento das atividades dos cursos disponibilizado por ocasião da LOA 2019? Qual é o valor por aluno disponibilizado de acordo com a LOA 2020?
2. Os valores de referência para o financiamento das atividades dos cursos constantes nos contratos antigos, já em andamento, da UAB sofrerão redução para 2020? Ou somente haverá redução para os novos contratos e editais?
3. Como será mantida a qualidade dos cursos UAB com a atual disponibilização orçamentária constante na LOA 2020?
4. Diante do estabelecido na LOA 2020, como o governo pretende cumprir integralmente a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE)?
5. O MEC dispõe de estudos acerca do custo-aluno e sobre as condições de oferta dos cursos UAB, que tenham sido

usados para subsidiar a decisão a respeito do orçamento disponível para o programa na LOA 2020? Em caso positivo, solicitamos acesso aos referidos estudos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Ofício Circular nº 1/2020-CGFO/DED/CAPEES, de 16 de janeiro de 2020, a Capes comunica aos Reitores, Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das instituições de ensino superior (IES) participantes o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) os novos valores de referência para o financiamento da UAB: R\$ 250,00 para graduandos e R\$ 175,00 para especializações, valores “que podem ser ajustados ao longo de 2020”). É preciso saber quais os estudos e considerações que embasaram a referida decisão. Ademais, diante do cenário atualmente estabelecido, é necessário conhecer oficialmente os valores de referência do ano anterior, como ficarão os contratos e editais em andamento, bem como quais são os meios que o MEC entende que serão necessários para cumprir a Meta 12 do PNE e manter a qualidade do Sistema UAB.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2020.

Deputado BACELAR